



Número: **0804104-17.2019.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **15/03/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANA CLAUDIA SILVA ALMEIDA (AUTOR)		ALDENOR NUNES DE OLIVEIRA NETO (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)		ODETE CLARA COSTA PIMENTA NETA (ADVOGADO) LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53733773	28/02/2020 10:05	<a href="#">Sentença</a>	Sentença

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
0804104-17.2019.8.20.5106  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0804104-17.2019.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Autor: AUTOR: ANA CLAUDIA SILVA ALMEIDA

Réu: RÉU: SEGURADORA DPVAT

SENTENÇA

-

Vistos etc.

**I - RELATÓRIO**

**ANA CLAUDIA DA SILVA ALMEIDA SANTOS**, já qualificada nos autos, veio à presença deste juízo, por intermédio de advogado regularmente constituído, propor AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, também já qualificada nos autos.

Em Despacho, o pleito da justiça gratuita foi deferido, conforme se observa no ID. Núm. 40600767.

Citado, a requerida apresentou contestação (ID. Núm. 42962342).

Após, a autora apresentou impugnação à contestação (ID. Num. 43964787)

Laudo Pericial no ID. Num. 48351433.

Após, em petição de ID. Núm. 48761320 que consta dos autos, a parte autora pugna pela renúncia do feito.

É o relatório. Decido.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

A teor do art. 487, inciso III, alínea “C”. do Código de Processo Civil, o processo será extinto, com julgamento de mérito quando o “juiz homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção”.

Como ensina os respeitáveis juristas Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, Código de Processo Civil comentado, fls. 1239, 16ª edição, Ed. revista dos Tribunais:

“Renúncia ao direito sobre que se funda a ação. Ato privativo do autor, implica disponibilidade do direito deduzido em juízo, impossibilitando o autor de repropor ação pleiteando o direito que a renunciou. Somente pode ser objeto de renúncia o direito disponível.”

## III- DISPOSITIVO

Isto Posto, homologo o pedido de renúncia e por consequência, extingo o presente processo, com resolução de mérito, na forma do art. 487, inciso III, alínea “C”. do Código de Processo Civil.

**CONDENO** a demandante ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixando estes em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com base no disposto no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC.

Sendo a parte beneficiária da Justiça Gratuita, fica a execução da verba honorária condicionada ao disposto no art. 98, §3º, do CPC.

Após o trânsito em julgado, archive-se, com a baixa respectiva.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

MOSSORÓ/RN, 28 de fevereiro de 2020

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)